



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006820-42.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **Jailson Rodrigues da Silva**
 Impetrado: **Diretor Técnico do Setor de Pontuação da Divisão de Habilitação do Detran de São Carlos/ S.p. e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por **Jailson Rodrigues da Silva** contra ato do **Diretor Técnico do Setor de Pontuação da Divisão de Habilitação da 26ª Ciretran de São Carlos** que lhe teria negado a expedição da Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva, por existir em seu prontuário infrações de trânsito, das quais não foi notificado para apresentar defesa. Requereu liminarmente o desbloqueio de seu prontuário até o esgotamento da esfera administrativa e, ao final, seja declarada a nulidade das multas e do procedimento administrativo.

A liminar foi indeferida (fl. 15).

A autoridade apontada manifestou-se nos autos informando que a CNH do impetrante está cadastrada na cidade de Barueri/SP, sendo referida unidade de trânsito responsável pelo bloqueio no prontuário da CNH.

O Ministério Público declinou de se manifestar sobre o mérito objeto do presente mandado de segurança, por estar ausente o interesse público (fls. 27/28).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Insurge-se o impetrante contra ato que determinou o bloqueio de sua CNH, pugnando sejam anuladas as multas e o procedimento de cassação do direito de dirigir.

Alega pendência de processo administrativo e ausência de notificação das infrações para apresentar defesa.

A segurança requerida na inicial não tem como ser concedida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com efeito, a via do mandamus não comporta dilação probatória, motivo pelo qual a parte deve se desincumbir do ônus probatório, demonstrando seu direito líquido e certo de forma imediata, sob pena de faltar-lhe interesse ao remédio constitucional.

Pois bem.

Quanto à alegação de pendência de processo administrativo, o impetrante não comprovou que interpôs recurso administrativo que estaria pendente de julgamento.

Pelo que se observa dos autos (fl. 23), o impetrante, em 14/12/2010, obteve Permissão para Dirigir, válida até 13/11/2011, mas, em decorrência das infrações 5M0511441 e 5H0012328 (fl. 14), não obteve a CNH definitiva.

Não se pode olvidar que no caso não se aplica a mesma regra que a aplicada para a renovação de Carteira Nacional de Habilitação, uma vez que, para que o motorista obtenha a CNH, deverá cumprir os requisitos previstos no artigo 148 do Código de Trânsito Brasileiro.

Dispõem os parágrafos 2º a 4º, do referido artigo:

“§2º. Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.

§3º. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.

§4º. A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação”.

Trata a hipótese de ato vinculado e, como tal, preenchidos os requisitos legais, automaticamente, ao término de um ano, será concedida a carteira; doutro lado, cometidas as infrações enumeradas, o candidato estará obrigado a reiniciar todo o processo de habilitação, o que só não ocorreu pelo fato de o impetrante ter obtido liminar na Justiça.

Ademais, o tempo de duração da permissão para dirigir (documento expedido a título precário), como visto, é de um ano, inexistindo previsão para sua prorrogação ou renovação.

No caso dos autos o impetrante simplesmente não preencheu os requisitos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

exigidos objetivamente pela legislação específica para obter a carteira definitiva, o que impede o reconhecimento da ilegalidade ou abuso por parte da autoridade coatora.

No mais, insurge-se contra o bloqueio de sua CNH, em razão de lhe terem sido atribuídas multas de trânsito, em relação às quais alega não ter sido notificado. Contudo, sequer indica qual foi o órgão autuador, informação imprescindível, pois somente o órgão responsável pela imposição das sanções poderia apresentar informações acerca dos questionamentos do impetrante e fazer prova da notificação.

Assim, para ter sucesso na presente demanda, seria necessário ao impetrante comprovar seu direito líquido e certo à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (art. 148, § 4º, Lei nº 9.503/97), o que não ocorreu.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA**, arcando o impetrante com as custas processuais.

Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

P. I

São Carlos, 04 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**